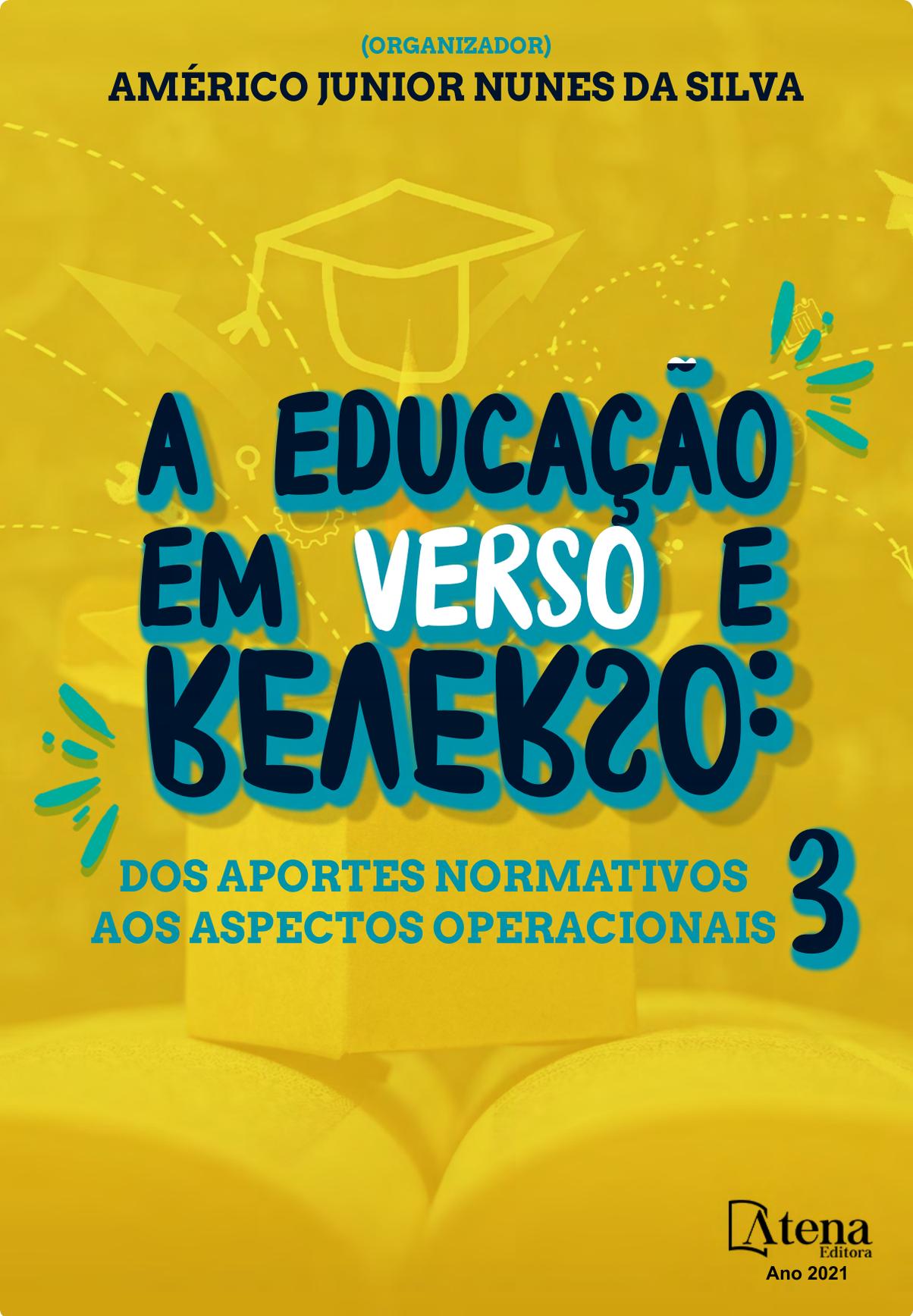


(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA



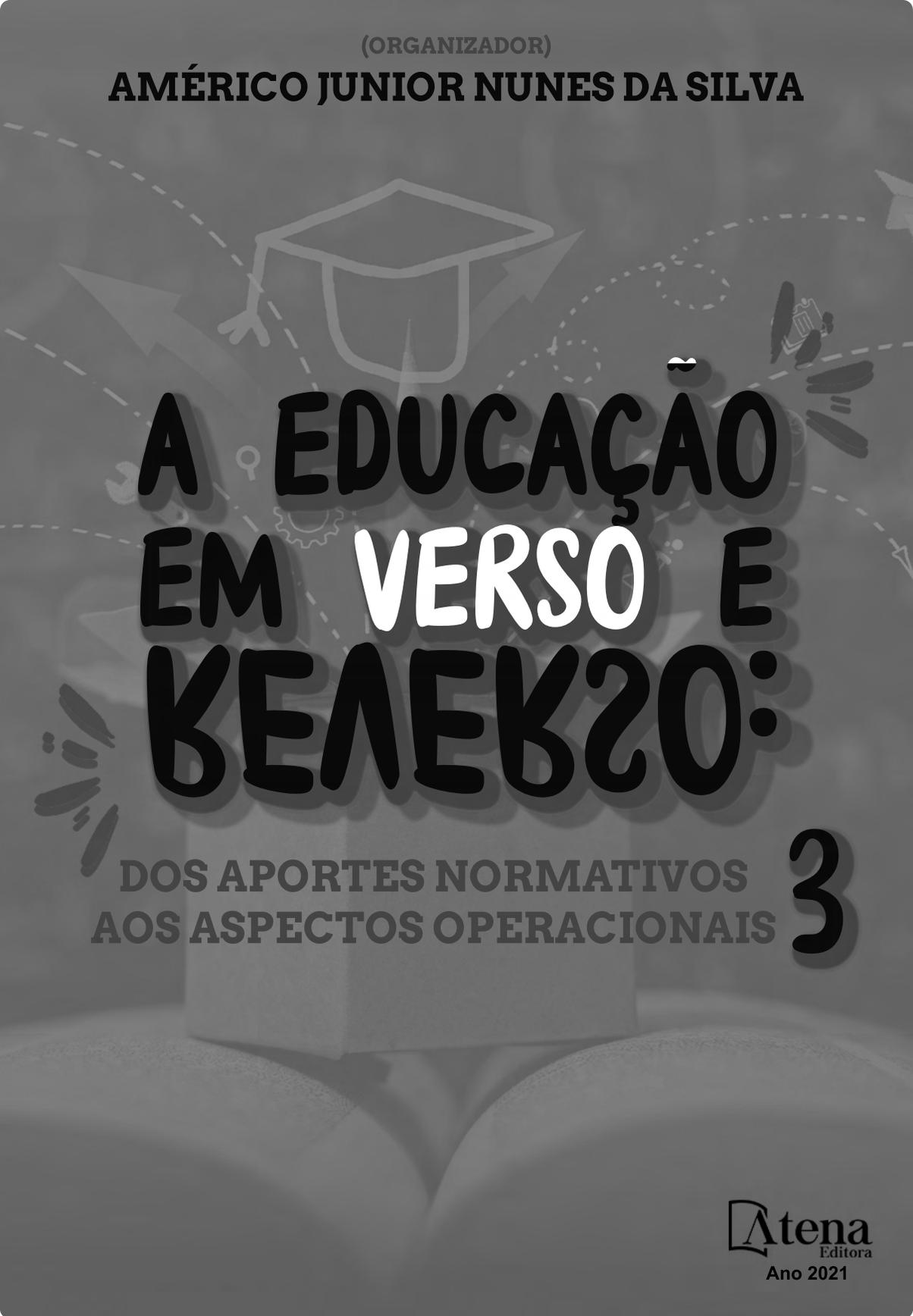
A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

3

(ORGANIZADOR)

AMÉRICO JUNIOR NUNES DA SILVA



A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

3

Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

iStock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2021 Os autores

Copyright da Edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie di Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof. Dr. Arinaldo Pereira da Silva – Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Gírlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Jayme Augusto Peres – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Daniela Reis Joaquim de Freitas – Universidade Federal do Piauí
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Elizabeth Cordeiro Fernandes – Faculdade Integrada Medicina
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Fernanda Miguel de Andrade – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Dr. Fernando Mendes – Instituto Politécnico de Coimbra – Escola Superior de Saúde de Coimbra
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa da Fontoura Custódio Monteiro – Universidade do Vale do Sapucaí
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Welma Emidio da Silva – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Profª Drª Ana Grasielle Dionísio Corrêa – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Cleiseano Emanuel da Silva Paniagua – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Marco Aurélio Kistemann Junior – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Sidney Gonçalves de Lima – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Edna Alencar da Silva Rivera – Instituto Federal de São Paulo
Profª Drª Fernanda Tonelli – Instituto Federal de São Paulo,
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Dr. Adailson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Profª Ma. Adriana Regina Vettorazzi Schmitt – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Alex Luis dos Santos – Universidade Federal de Minas Gerais
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Profª Ma. Aline Ferreira Antunes – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Amanda Vasconcelos Guimarães – Universidade Federal de Lavras
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Me. Carlos Augusto Zilli – Instituto Federal de Santa Catarina
Prof. Me. Christopher Smith Bignardi Neves – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Tais Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará

Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Edson Ribeiro de Britto de Almeida Junior – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Prof. Dr. Everaldo dos Santos Mendes – Instituto Edith Theresa Hedwing Stein
Prof. Me. Ezequiel Martins Ferreira – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Me. Fabiano Eloy Atílio Batista – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Prof. Me. Francisco Odécio Sales – Instituto Federal do Ceará
Prof. Me. Francisco Sérgio Lopes Vasconcelos Filho – Universidade Federal do Cariri
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Lilian de Souza – Faculdade de Tecnologia de Itu
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Profª Ma. Luana Ferreira dos Santos – Universidade Estadual de Santa Cruz
Profª Ma. Luana Vieira Toledo – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Me. Luiz Renato da Silva Rocha – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Ma. Luma Sarai de Oliveira – Universidade Estadual de Campinas
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos

Prof. Me. Marcelo da Fonseca Ferreira da Silva – Governo do Estado do Espírito Santo
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo
Prof. Me. Marcos Roberto Gregolin – Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Prof. Dr. Pedro Henrique Abreu Moura – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
Prof. Me. Pedro Panhoca da Silva – Universidade Presbiteriana Mackenzie
Profª Drª Poliana Arruda Fajardo – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Rafael Cunha Ferro – Universidade Anhembi Morumbi
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco
Prof. Me. Renan Monteiro do Nascimento – Universidade de Brasília
Prof. Me. Renato Faria da Gama – Instituto Gama – Medicina Personalizada e Integrativa
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo
Prof. Dr. Sulivan Pereira Dantas – Prefeitura Municipal de Fortaleza
Profª Ma. Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Universidade Estadual do Ceará
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 3

Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Maria Alice Pinheiro
Correção: Maiara Ferreira
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação em verso e reverso: dos aportes normativos aos aspectos operacionais 3 / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-494-5

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.945210907>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

APRESENTAÇÃO

Fomos surpreendidos em 2020 pela pandemia do novo coronavírus. Nesse entremeio de suspensão de atividades e de distanciamento social, fomos levados a (re) pensar as nossas relações e a forma de ver o mundo. E é nesse lugar histórico de busca de respostas para as inúmeras problemáticas postas nesse período que estão os autores e autoras que compõe esse livro.

As discussões empreendidas neste livro, intitulado “***A Educação em Verso e Reverso: Dos Aportes Normativos aos Aspectos Operacionais***”, por terem a Educação como foco, como o próprio título sugere, torna-se um espaço oportuno de discussões e (re) pensar da Educação, considerando os diversos elementos e fatores que a inter cruzam. Na direção do apontado anteriormente, é que professoras e professores pesquisadores, de diferentes instituições e países, voltam e ampliam o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas postos pela contemporaneidade. É um desafio, portanto, aceito por muitas e muitos que fazem parte dessa obra.

Os autores e autoras que constroem essa obra são estudantes, professoras e professores pesquisadores, especialistas, mestres, mestradas, doutores ou doutoras que, muitos, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos autores/autoras e discussões por eles e elas empreendidas, mobilizam-se também os leitores/leitoras e os incentiva a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e todas uma instigante e provocativa leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Maristela Pedrini

Lezilda Maria Teixeira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109071>

CAPÍTULO 2..... 5

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, DIÁLOGOS E REFLEXÕES

Sebastiani Stamm Hirsch Brambilla

Luana Kunzler

Taita Lima do Nascimento

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109072>

CAPÍTULO 3..... 14

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E ALFABETIZAÇÃO ECOLÓGICA: CONTEXTO, FORMATAÇÃO E DESAFIOS

Thaís Dalla Corte

Tiago Dalla Corte

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109073>

CAPÍTULO 4..... 31

AVALIAÇÃO DO ALUNO ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: O QUE PENSAM E DIZEM OS/AS PROFESSORES/AS EM UMA FORMAÇÃO CONTINUADA

Angela Maria Venturini

Mônica Pereira dos Santos

Jhonatan Felipe Sales de Lima

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109074>

CAPÍTULO 5..... 44

O TRANSTORNO DO DEFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE: ALGUNS APONTAMENTOS

Danielly Berneck Côas Ribeiro

Sandra Aparecida Machado Polon

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109075>

CAPÍTULO 6..... 56

A DOCÊNCIA EM VIGOTSKY NO CONTEXTO DAS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS E POLÍTICAS NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Thailma Thársila de Souza Viana

Leiliana Rebouças Freire

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109076>

CAPÍTULO 7	67
A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO DE SABERES DA ESTATÍSTICA DESCRITIVA NO ENSINO MÉDIO.	
Ivone da Silva Salsa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109077	
CAPÍTULO 8	77
INTEGRAÇÃO ENTRE O ENSINO DA ESCOLA REGULAR E ESCOLA HOSPITALAR DE CRIANÇAS EM TRATAMENTO DE HEMODIÁLISE	
Marilene Pantoja Carvalho	
Rosilene Ferreira Gonçalves Silva	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109078	
CAPÍTULO 9	85
EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE O ENSINO NO CONTEXTO BRASILEIRO	
Thalyta Freitas dos Santos Laguna	
Ana Claudia Pinto da Silva	
Pâmela Schultz Danzmann	
Tanandra Hermanns	
Juliane Marschall Morgenstern	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.9452109079	
CAPÍTULO 10	94
“ACENDE OU NÃO?” TESTANDO A CONDUTIBILIDADE DOS DIFERENTES MATERIAIS	
Mailzia Silva da Silva	
Elinalva Santos Pimentel	
José Fernando Pereira Leal	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090710	
CAPÍTULO 11	103
ESPERANÇAR: MOVIMENTO QUE IMPULSIONA O DESPERTAR PARA UMA NOVA VIDA	
Mônica Aparecida De Oliveira Cruz	
Lúcia Helena Borges De Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090711	
CAPÍTULO 12	112
O PINTEREST PARA CRIAÇÃO DE UM MUSEU IMAGINÁRIO	
Jéssica de Castro Lima Nunes	
Maria Antonia Benutti	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090712	

CAPÍTULO 13	120
ALFABETIZAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA FREIRIANA: DIÁLOGO COM AS PERCEPÇÕES DAS EDUCADORAS E DAS EDUCANDAS SOBRE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Guilhermina Maria Pimentel da Silveira Maria das Dores Alves Souza	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090713	
CAPÍTULO 14	131
A PRODUÇÃO DE VIDEOAULAS SOBRE FUNÇÕES QUADRÁTICAS A PARTIR DE UM TRABALHO COM MODELAGEM MATEMÁTICA	
Elisangela Pavanelo Emanuely Alencar de Melo de Paula	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090714	
CAPÍTULO 15	145
CAUSAS DE EVASÃO DE UM CURSO PARA PROFISSIONAIS DE SAÚDE EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA	
Miralva Ferraz Barreto Marizete Argolo Teixeira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090715	
CAPÍTULO 16	155
A PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: PANORAMA CAPIXABA	
Nahun Thiaghor Lippaus Pires Gonçalves Cirlene Maria Lepaus Flavio Lopes dos Santos	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090716	
CAPÍTULO 17	164
APRENDIZAGEM BASEADA EM PROJETOS NOS CURSOS DE TECNOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR	
João Evangelista de Souza Ivonete Ferreira de Sousa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090717	
CAPÍTULO 18	176
PSICOLOGIA, ARTE TEATRAL E EDUCAÇÃO: DRAMA – PROCESSO E SUAS CONTRIBUIÇÕES AO DESENVOLVIMENTO HUMANO	
Ana Cristina Paes Leme Giffoni Cilião Torres	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090718	
CAPÍTULO 19	186
GESTÃO DEMOCRÁTICA E OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	
Kelly Glauce da Silva Rosário	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090719	

CAPÍTULO 20	199
REFLEXÕES SOBRE A PRÁTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA SURDOS	
Walace de Souza Almeida	
Irisneia Brito e Silva	
Walber Gonçalves de Abreu	
Marcelo Spitzner	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090720	
CAPÍTULO 21	208
ARTE, TRABALHO E FORMAÇÃO HUMANA: ASPECTOS ONTOLÓGICOS	
Karina Gil Montefusco dos Santos	
Regiane Ávila	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090721	
CAPÍTULO 22	220
O CONTEXTO POLÍTICO-HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E A JORNADA DE TRABALHO DOCENTE NA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO	
Zelina Cardoso Grund	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090722	
CAPÍTULO 23	236
REFLEXÕES ACERCA DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA EM PORTUGAL	
Allana Ladislau Prederigo	
Letícia Soares Fernandes	
Mariangela Lima de Almeida	
Rafael Carlos Queiroz	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090723	
CAPÍTULO 24	247
TROCA DE SABERES ENTRE PROFESSORA DE MATEMÁTICA E ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA	
Amanda Conceição Almeida Guimarães	
Juliano Delabianca	
Jaqueline Magalhães Brum	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090724	
CAPÍTULO 25	262
A INCLUSÃO DOS ACADÊMICOS COM DEFICIÊNCIA NA UNESC: A EXPERIÊNCIA DO SAMA (SETOR MULTIFUNCIONAL DE APRENDIZAGEM)	
Zélia Medeiros Silveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.94521090725	
SOBRE O ORGANIZADOR	270
ÍNDICE REMISSIVO	271

CAPÍTULO 22

O CONTEXTO POLÍTICO-HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INTEGRAL E A JORNADA DE TRABALHO DOCENTE NA REDE DE ENSINO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Data de aceite: 21/06/2021

Data de submissão: 31/03/2021

Zelina Cardoso Grund

Faculdade de Filosofia e Ciências - Membro do Grupo de Pesquisa e Avaliação de Políticas Educacionais (GAPE)

UNESP - Câmpus de Marília.

Mestra em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente/SP

<http://orcid.org/0000-0002-4451-3444>

RESUMO: O presente trabalho tem como objetivo descrever o contexto político-histórico da educação integral, bem como a jornada de trabalho docente na rede de ensino público no Estado de São Paulo. Nesta pesquisa, de cunho qualitativo, foram utilizados como procedimentos metodológicos a revisão bibliográfica e documental. Após análise de alguns projetos e programas, implementados pelo sistema educacional paulista, chegou-se ao resultado de que a maioria deles apresentaram certa transitoriedade (Ginásios Vocacionais, Projeto Jornada Única do Ciclo Básico, Programa Escola-Padrão), pois não se estenderam ao longo do tempo, exceto duas políticas públicas educacionais: o Projeto Escola de Tempo Integral e o Programa Ensino Integral. Ressalta-se o papel da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo para implementação de projetos

e programas voltados à ampliação do tempo escolar, que fortalecem a meta 7 “fomentar a qualidade da Educação Básica [...]” do Plano Nacional da Educação (PNE) 2014-2024. Isso viabiliza a concentração de esforços voltados para educação integral prevista na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), com vistas à formação e o desenvolvimento dos discentes durante a sua trajetória escolar, na tentativa de prepará-los para o futuro.

PALAVRAS - CHAVE: educação integral – jornada de trabalho docente – projetos e programas - São Paulo

THE POLITICAL-HISTORICAL CONTEXT OF INTEGRAL EDUCATION AND TEACHER'S WORKING HOURS IN THE STATE EDUCATION SYSTEM OF THE STATE OF SÃO PAULO

ABSTRACT: The present study aims to describe the political-historical context of integral education, as well as Teacher's Working Hours in the state education system of the state of São Paulo. This is a qualitative research and as methodological procedures we used the bibliographic and documentary review. After the analysis of some projects and programs implemented by São Paulo educational system, it was found that most of them had a certain degree of transience as they did not extend throughout time (Vocational Gymnasiums, Full School Day Project of Basic Education Cycle, Standard School Program), except for two public educational policies: The Full-Time School Program (ETI) and the Integral Education Program (PEI). We can highlight the role of São Paulo State Secretariat of Education

in the implementation of projects and programs aiming to expand school time which has strengthened goal 7 “to promote the quality of Basic Education [...]” of the National Education Plan (PNE) 2014-2024. This makes it possible to concentrate efforts on integral education foreseen in the National Common Curricular Base (BNCC), aiming to train and develop students during their school trajectory, in an attempt to prepare them for the future.

KEYWORDS: integral education - teacher’s working hours - projects and programs - São Paulo

1 | INTRODUÇÃO

A educação é um tema recorrente, sendo foco de pesquisas nos seus diversos segmentos. A partir do registro histórico destaca-se o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, vinculado à proposta da reforma do sistema educacional brasileiro. Na oportunidade da discussão fizeram parte da mesa redonda 26 educadores e intelectuais. O texto foi redigido por Fernando Azevedo, sendo um dos signatários Anísio Teixeira (BRASIL, 1984). Na promulgação da Constituição de 1934 a educação passou a ser legitimada como “[...] um direito de todos e deve ser ministrada pela família e pelos Poderes Públicos, [...]” (BRASIL 1934). A Constituição de 1988 amplia esse direito, acrescentando o “[...] pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Gradativamente, os direitos à educação foram se ampliando ao longo do tempo, tanto por parte da União quanto pelos Estados e Municípios. Porém, não bastava uma legislação, garantindo esse direito, mas sim a aliança entre o adentrar no espaço escolar e a oferta de uma educação de qualidade. Diante disso, essa passou a provocar certa inquietação em algumas pessoas na sociedade brasileira, a exemplo de Anísio Teixeira, que nas décadas de 1920 e 1930 pugnava por uma escola para todos e não apenas para uma pequena parcela da população considerada a elite da sociedade. O significado de qualidade para Anísio Teixeira remetia a uma permanência maior no espaço escolar, onde envolvia a educação completa, inclusive a competência “do fazer”. Nesta perspectiva o Centro Educacional Carneiro Ribeiro ou Escola Parque, localizada no Bairro da Liberdade, em Salvador - BA, na década de 1950, mantinha as características de Educação Integral em Tempo Integral.

Mais tarde, no âmbito nacional nos deparamos com o Programa Mais Educação, cujo fim está voltado “[...] à formação em tempo integral de alunos da rede pública de ensino básico [...]” (CAVALIERE, 2009, p. 55). Outro exemplo são os Centros Integrados da Educação Pública (CIEPs). Moll (2012, p. 139, grifo da autora), ao discorrer sobre a consolidação da Educação Integral como política pública, argumenta que “[...] a *construção da educação integral na escola de dia inteiro* implica mobilização de energias pedagógicas, disposição para um diálogo permanente entre gestores, professores, estudantes e comunidade [...]”. Exige ainda “[...] imaginação institucional, curricular e pedagógica para

responder à diversidade da escola brasileira”. Apesar do contexto legal propício, de acordo com Parente (2017, p. 25), sabe-se que “A (re)introdução da educação em tempo integral na agenda, sua permanência e seu avanço para outras fases da política pública dependem de uma série de elementos que atuam como condicionantes da política”.

Quanto ao Estado de São Paulo, que atua por meio da Secretaria da Educação, ao longo da trajetória histórica, destacam-se algumas experiências relacionadas à educação em tempo integral, evidenciadas em: Ginásios Vocacionais; Projeto Jornada Única do Ciclo Básico; Programa Escola-Padrão; Projeto Escola de Tempo Integral (ETI) e Programa Ensino Integral (PEI). É preciso considerar nesses movimentos a concentração para um maior tempo voltado à formação e desenvolvimento humano, condizentes com o compromisso da Base Nacional Comum Curricular – BNCC com a educação integral (BRASIL, 2017b; 2018).

2 | PERCURSO METODOLÓGICO

A metodologia aplicada nesta investigação, de cunho qualitativo, apoiou-se em dois procedimentos metodológicos a partir de pesquisa bibliográfica e documental. Uma, centrada no levantamento de referências teóricas publicadas sobre a educação integral e a jornada do trabalho docente. A outra, relacionada à legislação e documentos oficiais sobre o tema no âmbito federal e estadual, abordando especificamente a rede de ensino estadual paulista. As duas são as mais utilizadas nos trabalhos científicos, diferenciando-se na natureza das fontes, enquanto a bibliográfica “[...] se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto [...]”, obtidas por meio de livros e artigos científicos a pesquisa documental “[...] vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” (GIL, 2008, p. 51).

3 | DISCUSSÃO¹

A educação em tempo integral e a jornada do trabalho docente tem despertado o interesse de pesquisadores, a longa data (CAVALIERE, 2009; MOLL, 2012; NOVOA, 2014; OLIVEIRA; VIEIRA, 2012; PARENTE, 2017; PENNA, 2011). Ambas têm merecido tratamento em vários dispositivos legais. Dentre esses encontra-se a Lei n. 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, determinando a ampliação do período de permanência na escola, inclusive progressivamente em tempo integral para o ensino fundamental “[...] a critério dos sistemas de ensino” (BRASIL, 1996). Mais tarde a Lei nº 13.415 alterou a Lei n. 9.394 inserindo a ampliação da “[...] carga horária mínima

1 GRUND, Zelina Cardoso. Jornada de trabalho docente :Regime de Dedicção Plena e Integral (RDPI) na rede estadual de ensino de São Paulo. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação). UNESP – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Presidente Prudente. SP. Repositório Institucional <http://hdl.handle.net/11449/190842>. 2019.

anual [...] de forma progressiva, no ensino médio [...]” (BRASIL, 2017a; 1996).

No tocante aos profissionais da educação, a Resolução CNE/CEB n. 2 do Conselho Nacional de Educação, ao estabelecer as Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública propôs como um dos princípios a jornada de trabalho docente “preferencialmente em tempo integral de, no máximo, 40 (quarenta) horas/semanais [...]” e “[...] incentivo à dedicação exclusiva em uma única unidade escolar” (BRASIL, 2009).

Dentre as metas do Plano Nacional de Educação -PNE 2001-2010, Lei n. 10.172, a Meta 21 recomenda para o Ensino Fundamental a ampliação progressiva da “[...] jornada escolar visando expandir a Escola de Tempo Integral, que abranja um período de pelo menos sete horas diárias, com previsão de professores e funcionários em número suficiente” (BRASIL, 2001).

A Meta 6 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, Lei n. 13.005, propõe a oferta de “[...] Educação em tempo integral em, no mínimo 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos(as) alunos(as) da Educação Básica” (BRASIL, 2014).

Não obstante a legislação federal citada, no âmbito do Estado de São Paulo a Secretaria da Educação tem se voltado para uma política educacional de caráter integral. Isso tem sido constatado por pesquisadores há longa data, um deles é Souza (1999), que em um levantamento documental e bibliográfico traçou a trajetória da ampliação dessa jornada nas escolas primárias paulistas, desde a Reforma de 1892, em São Paulo, quando foi proposto o turno diurno de cinco horas, abrangendo dois períodos (manhã e tarde). A organização dos horários das aulas cabia aos professores, de acordo com seu trabalho, “[...] atendendo ao plano de ensino e ao programa especial das classes formadas”, sendo submetido antes ao diretor da escola (SOUZA, 1999, p. 138).

Em 1894 houve um retrocesso com a redução da jornada para três horas, dada a necessidade do funcionamento dos grupos escolares em três períodos, em razão da demanda pela escolarização. Um novo horário foi fixado, em 1904, determinando “[...] cinco horas por dia, seis dias por semana com meia hora de recreio” (SOUZA, 1999, p. 134). Com o desdobramento dos grupos escolares, em 1910, a jornada passou para dois períodos, sendo obrigatório o cumprimento do horário integralmente.

Dentre as Políticas de Tempo Integral no Estado de São Paulo destacam-se os Ginásios Vocacionais, implementados na década de 1960. A iniciativa foi coordenada pelo Serviço de Ensino Vocacional (SEV), criado pela Lei 6.052 que dispunha sobre o sistema estadual de Ensino Industrial e de Ensino de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas. O curso destinava-se a proporcionar cultura geral, perscrutar as aptidões dos discentes e “[...] desenvolver suas capacidades, dando-lhes iniciação técnica e orientando-os em face das oportunidades de trabalho e para estudos posteriores”. A duração do curso era de 2 ou 4 anos no 1º ciclo de grau médio (SÃO PAULO, 1961a).

A referida Lei foi regulamentada pelo Decreto n. 38.643. O regime escolar nos Cursos Vocacionais era de 33 a 44 horas semanais. A carga horária dos docentes era distribuída em atividades didáticas, pedagógicas, extracurriculares, de estudo dirigido e orientações de aprendizagem individualizada no decorrer da jornada escolar (SÃO PAULO, 1961b). “O regime de trabalho dos professores e orientadores dos Ginásios Vocacionais foi inicialmente de 36 horas semanais, passando depois para 40 e 44 horas semanais” (MASCELLANI, 2010, p. 94).

O projeto foi implantado em 06 unidades escolares, uma na Capital e uma em cada um dos seguintes municípios: Americana, Batatais, Rio Claro, Barretos e São Caetano do Sul. De acordo com Mascellani (2010, p. 102),

Seu desmantelamento, entretanto, coube ao Exército e à Polícia Federal, bem como a pessoas que não tiveram escrúpulos em se aproveitar da situação em benefício próprio, como foi o caso dos interventores.

Posteriormente, na década de 1980, foi instituído o projeto Jornada Única do Ciclo Básico, conforme Decreto n. 21.833. No referido dispositivo legal, o que se visava era “[...] assegurar ao aluno o tempo necessário para superar as etapas de alfabetização, segundo seu ritmo de aprendizagem e suas características sócio-culturais”. Ainda estabelecia “[...] a duração mínima de dois anos letivos”. Com isso determinava-se a inclusão em um ciclo nos dois primeiros anos de escolaridade (SÃO PAULO, 1983).

Para isso, foi proposto a oferta de “[...] duas horas diárias de apoio suplementar [...] às crianças que manifestavam dificuldades de rendimento escolar [...]” com objetivo de evitar a não reprovação desses “[...] no final do primeiro ano de escolaridade” (DURAN, ALVES E PALMA FILHO 2005, p. 93). No contexto do referido projeto, a jornada de trabalho docente estabelecia

Ao docente titular do cargo ou ocupante de função-atividade, com habilitação específica para o magistério de 1ª a 4ª séries do 1º grau, quando atuar no Ciclo Básico, poderá ser atribuída carga suplementar de trabalho docente de até 8 (oito) horas semanais, composta de horas-aula e horas-atividade, respeitado o disposto no Artigo 7º do Decreto n. 14.329, de 29 de novembro de 1979 e o Decreto n. 21.536, de 25 de outubro de 1983 (SÃO PAULO, 1983).

Mais tarde, o Ciclo Básico das escolas estaduais paulistas passou a jornada única dos discentes e docentes, conforme Decreto n. 28.170. O preâmbulo do dispositivo legal faz referência à “[...] necessidade da reformulação das atividades docente e discente [...]”, visando a um processo ensino-aprendizagem eficiente, uma melhor formação do aluno e do nível de aprovação, além do benefício da convivência em grupo no espaço escolar. A jornada docente é firmada em: “O professor que atuar no Ciclo Básico terá atribuída 1 (uma) classe em uma única escola, com jornada única de 40 (quarenta) horas-aula semanais”. A isso acrescenta: “A jornada semanal de trabalho a que se refere o “*caput*” deste artigo, será de 32 (trinta e duas) horas-aula e 8 (oito) horas-atividade” (SÃO PAULO, 1988).

:Apesar da ampliação do tempo escolar em jornada única, os resultados do rendimento escolar não foram significativos (1990), pois representaram um aumento global de 10% de aprovação do alunado, em relação às classes sem jornada única que chegaram a 7,5%. Ademais, decorridos 2 anos da implementação do Ciclo Básico com jornada única, o índice de aprovação foi de 75%, pouco significativo, tendo em vista o valor dos recursos aplicados na referida política educacional. Porém, essa trouxe alguns benefícios, como a

[...] abertura de espaço para a flexibilidade na organização curricular, nas metodologias e técnicas didáticas [...] na instituição “[...] figura do professor-coordenador, responsável pela articulação do trabalho dos professores do ciclo básico e destes com os das séries seguintes; introduziram o espaço para reuniões e formação em serviço (DURAN, ALVES E PALMA FILHO, 2005, p. 100).

No transcorrer do período de implantação do projeto, que se estendeu de 1983 a 1991, esse foi acompanhado com frequência, quando se constataram algumas dificuldades no seu desenvolvimento, dentre as quais, deficiências nas instalações dos prédios e nos recursos humanos.

Na década de 1990, foi instituído o Projeto Escola-Padrão pelo Decreto n. 34.035 como parte do Programa de Reforma do Ensino Público (SÃO PAULO, 1991a). Os objetivos específicos do Programa eram:

[...] recuperar o padrão de qualidade do ensino ministrado nas escolas públicas; modernizar a escola pública, tornando-a apta a fornecer o estudo, a pesquisa, o estímulo à discussão e a posse de todos os conhecimentos disponíveis na atualidade; preparar o aluno para o acesso aos níveis mais elevados de compreensão da realidade social e das formas de intervenção nessa realidade; utilizar novas tecnologias educacionais (SÃO PAULO, 1991a).

Por meio do referido Decreto institucionalizou-se o Ensino Fundamental e Médio, a partir de três períodos de aula: matutino, vespertino e noturno. A este novo modelo de escola era concedida autonomia para se organizar, tanto em relação à parte administrativa quanto à pedagógica, com liberdade para tratar dos recursos materiais, da metodologia de ensino, planejamento curricular, propor projetos ligados ao ensino-aprendizagem, capacitação, etc...

Nesta retrospectiva visualiza-se autonomia no trabalho docente e as condições para sua prática educativa, de forma a que os profissionais da educação se confrontam “[...] com sua própria decisão sobre a prática que realizam [...]” (CONTRERAS, 2002, p. 78). Com o direito concedido aos professores e gestores para gerir seus próprios atos no Programa Escola-Padrão concretizou-se “autonomia na gestão da sua própria profissão” (NÓVOA, 2014, p. 25). Nesse aspecto, evidencia-se a descentralização do poder do Estado por meio da Secretaria da Educação, que atribuiu às unidades escolares autonomia para tomar suas próprias decisões.

A jornada de trabalho docente do Quadro do Magistério no Programa Escola-Padrão

teve que ser reestruturada, quando se definiu no Decreto n. 34.036: jornada integral de trabalho docente (Professores II e III), 40 horas; jornada completa de trabalho docente, 30 horas. A carga horária semanal do Professor I para atuar na Escola-Padrão foi estabelecida em 44 horas, sendo 40 horas de jornada integral de trabalho docente e mais 4 horas de carga suplementar (SÃO PAULO, 1991b).

Posteriormente, o Decreto n. 36.445 deu nova redação ao Decreto n. 34.036 quanto a jornada de trabalho do Professor PB I (1^a a 4.^a série do Ensino Fundamental), estabelecendo 40 horas/semanais, referentes à jornada integral de trabalho docente, distribuídas em 26 horas-aula em sala de aula; 6 horas em atividades pedagógicas na escola; 8 horas-atividade em local de livre escolha do docente (SÃO PAULO, 1993; 1991b).

No Programa Escola-Padrão é possível observar a instituição do Regime de Dedicção Plena e Exclusiva (RDPE), regido pela Lei Complementar n. 671. Para docentes sujeitos a jornada integral de trabalho no período diurno foi fixado a gratificação de 30% “do valor da referência inicial da classe” a que pertenciam, observada a jornada a que estavam adstritos (SÃO PAULO, 1991c). O mesmo procedimento era adotado para o período noturno, de acordo com a referida Lei, alínea “b”, exceto o percentual, que foi fixado em “20% do valor percebido por horas-aula ministradas” pela Lei Complementar n. 672 (SÃO PAULO, 1991d).

Nas duas situações a gratificação não se incorporava “aos vencimentos ou salários para nenhum efeito”, nem “a vantagem de qualquer natureza”, exceto para cálculo do décimo terceiro salário e férias. Na legislação estava prevista a vedação “[...] do desempenho de qualquer outra modalidade de trabalho público ou particular [...]” aos integrantes do Quadro do Magistério, salvo quando da divulgação de “ideias e conhecimento” (SÃO PAULO, 1991c). As escolas vinculadas ao Programa foram implantadas gradativamente: “[...] 306 escolas em 1992, 1.052 escolas em 1993, 256 escolas na primeira fase de 1994 e 610 escolas em 1994 na segunda fase, totalizando 2.224 escolas”, no estado de São Paulo (SARMENTO E ARRUDA, 2011, p. 3). O programa, que vigorou de 1992 a 1994, passou a ter limitação de verbas, o que o tornou inviável em 1995.

Em 2005 foi instituído pela Resolução SE n. 89 o Projeto Escola de Tempo Integral, com o objetivo geral de prolongar a permanência dos alunos de Ensino Fundamental na escola pública estadual, de modo a ampliar as possibilidades de aprendizagem com o enriquecimento do currículo básico, a exploração de temas transversais e a vivência de situações que favorecessem o aprimoramento pessoal, social e cultural (SÃO PAULO, 2005).

O referido texto legal determinava como critério de adesão a distribuição em 90 Diretorias de Ensino que estariam “inseridas, preferencialmente, em regiões de baixo IDH - Índice de Desenvolvimento Humano - e nas periferias urbanas”, desde que tivessem espaço físico compatível com o número de alunos e salas de aulas para funcionamento em período integral e a intenção expressa da comunidade escolar em aderir ao projeto, ouvido

o Conselho de Escola (SÃO PAULO, 2005).

Os objetivos elencados no Projeto pautavam-se em:

I- promover a permanência do educando na escola, assistindo-o integralmente em suas necessidades básicas e educacionais, reforçando o aproveitamento escolar, a autoestima e o sentimento de pertencimento;

II- intensificar as oportunidades de socialização na escola;

III- proporcionar aos alunos alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;

IV- incentivar a participação da comunidade por meio do engajamento no processo educacional implementando a construção da cidadania;

V- adequar as atividades educacionais à realidade de cada região, desenvolvendo o espírito empreendedor (SÃO PAULO, 2005).

O projeto determinava a permanência do aluno em uma jornada diária de 9 (nove) horas, carga horária semanal de 45 aulas, incluindo o currículo básico e ações curriculares direcionadas para: orientação de estudos; atividades artísticas e culturais; desportivas; de integração social e enriquecimento curricular. No dispositivo legal não há alusão à jornada de trabalho docente. Portanto, a jornada não era alterada, pois as oficinas curriculares eram atendidas por docentes que completavam a jornada diferenciada simples de 32 (trinta e duas) horas/semanais com aulas atribuídas de acordo com o perfil de cada profissional (SÃO PAULO, 2005). Com a Resolução SE n. 6 passou a ocorrer a contratação temporária de docentes, desde que estes “[...] estivessem devidamente inscritos e cadastrados para o processo anual de atribuição de classes e aulas [...]” (SÃO PAULO, 2016).

No âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo a legislação pertinente ao Programa da Escola de Tempo Integral divide-se entre procedimentos administrativos e funcionais, entre os quais destaca-se o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes com as devidas orientações sobre as atividades das Oficinas Curriculares da Escola de Tempo Integral, conforme Resolução SE n. 3 (SÃO PAULO, 2011a).

O projeto tem resistido ao tempo, permanecendo sob a orientação de várias disposições legais. Dentre essas, encontram-se as orientações para organização e funcionamento das Escolas de Tempo Integral, as quais no decorrer do tempo sofreram alterações, conforme as Resoluções SE n. 60, n. 69, n. 7 (SÃO PAULO, 2017, 2019a, 2020).

A legislação também viabilizou, por meio da Resolução SEDUC/SP n. 44, a possibilidade das Escolas de Tempo Integral serem convertidas para o modelo do Programa Ensino Integral. Nesse caso “[...] a carga horária de trabalho dos integrantes do quadro do magistério passa para 40 horas semanais, oportunizando a Gratificação de Dedicção Plena e Integral de 75%, de acordo os termos da Lei Complementar n. 1.164 (SÃO PAULO, 2019b; 2012a).

Por meio do Decreto nº 57.571 foi instituído o Programa Educação Compromisso de São Paulo com a finalidade de “[...] promover amplamente a educação de qualidade na rede pública estadual de ensino e a valorização de seus profissionais (SÃO PAULO, 2011b). Em consonância com as diretrizes do referido texto legal foram definidas ações de alcance interno e externo a curto e longo prazos na seguinte ordem: I – valorizar e investir no desenvolvimento do capital humano da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo; II – aprimorar as ações e a gestão pedagógica na Rede com foco no resultado dos alunos; III – lançar bases de um novo modelo de escola e um regime mais atrativo na carreira do magistério; IV – viabilizar mecanismos organizacionais e financeiros para operacionalizar o Programa; V – mobilizar, engajar e responsabilizar a Rede, os alunos e a sociedade em torno do processo de ensino-aprendizagem (SÃO PAULO, 2013a).

Nos 5 pilares identificaram-se 327 ações executadas no período de 2011 a 2013 na rede estadual de ensino, dentre as quais 40 são alusivas ao quadro docente, ou seja, 12,23%, conforme dados da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo (WOORWALD; PALMA Fº, 2013, p. 107-151).

Ressalta-se que o Programa Educação Compromisso de São Paulo forneceu os subsídios necessários para a oferta de um novo padrão de ensino, que serviu de base para a implementação do Programa Ensino Integral (PEI). Para isso, primeiramente foram instituídos o Regime de Dedicção Plena e Integral (RDPI) e a Gratificação de Dedicção Plena e Integral (GDPI) para os integrantes do quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de Ensino Médio de período integral pela Lei Complementar n. 1.164. A oferta de período integral em escolas do Ensino Médio veio por meio do “Projeto Escola Estadual de Ensino Médio [...]” de que trata a referida Lei, em conformidade com Resolução SE n. 12. Decorridos alguns meses, já no final do ano letivo, foi aprovada a Lei Complementar 1.191, alterando a LC n. 1.164 no que tange a viabilidade de ofertar o ensino integral em escolas que contassem além do Ensino Médio com o Ensino Fundamental também (SÃO PAULO, 2012a; 2012b; 2012c).

A instituição do Programa Ensino Integral no estado de São Paulo, entre outros elementos, articulou a ampliação da jornada escolar do aluno com a jornada de trabalho do professor para 40 horas/semanais. O Programa oferece a possibilidade de ampliar o processo de ensino-aprendizagem para além do espaço restrito à sala de aula. Além disso, com um maior tempo do corpo docente em uma única unidade escolar é possível viabilizar a formação continuada em serviço, a discussão da proposta de atividades curriculares e projetos entre os pares, o que contribui para uma educação de qualidade. Na realidade “[...] a escola é, hoje, um local privilegiado onde o conhecimento pode ser produzido e socializado, [...]” (FREITAS, 2014, p. 49).

Para que o docente se insira no Regime de Dedicção Plena e Integral (RDPI) é necessário o seu credenciamento no Programa, o qual se inicia com a sua adesão, porquanto a mesma é voluntária, conforme Resolução SE n. 65. Quando do “aceite” no

PEI, é observado “o comprometimento do profissional, referente à atuação no magistério da rede estadual de ensino, avaliado pela análise de sua frequência ao trabalho, nos 3 (três) últimos anos letivos, contados retroativamente à data-base do processo” (SÃO PAULO, 2013b).

Os profissionais do Magistério que aderiram ao RDPI estão sujeitos a avaliação desde a sua designação para atuar no PEI. Após a devolutiva dos resultados da avaliação, o profissional passa a participar do Programa munido do seu Plano de Formação - Plano Individual de Aprimoramento e Formação (PIAF). O acompanhamento do trabalho do corpo docente por meio da avaliação é normatizado pelo “Modelo de Gestão do Programa Ensino Integral - Caderno do Gestor. Material de Apoio ao Programa Ensino Integral do Estado de São Paulo (SÃO PAULO, 2014a).

No PIAF devem constar as competências de maior necessidade com vistas a potencializar suas “ações de autodesenvolvimento”. No decorrer do ano letivo os docentes são acompanhados e avaliados com a finalidade de detectar “o avanço no desenvolvimento das competências”, o que fornece elementos para a devida revisão e adequação do seu Plano Formativo. A partir disso se efetiva um processo cíclico, que se estende desde a avaliação de competências na entrevista, quando do credenciamento, até a “nova avaliação de competências”, agora no Regime de Dedicção Plena e Integral. As ações de desenvolvimento profissional da equipe concretizam-se a começar pela identificação dos pontos fortes e das dificuldades deparadas pelo profissional. Para supri-las oferece-se “a formação individual, com planejamento e ações específicas voltadas para cada necessidade”. No caso de identificação de pontos comuns propõe-se a formação coletiva, devidamente acompanhada no âmbito de gestão de desempenho, com ações formativas na escola e no [...] “âmbito regional ou central” (SÃO PAULO, 2014a, p. 5, 6, 8).

A carga horária multidisciplinar em escolas públicas estaduais inseridas no Programa Ensino Integral foi regulamentada conforme Lei Complementar n. 1.191. A Gratificação de Dedicção Plena e Integral está fixada em 75% do valor da faixa e nível da Estrutura da Escala de Vencimento em que estiver enquadrado o cargo ou a função-atividade do integrante do Quadro do Magistério (SÃO PAULO, 2012c).

4 | RESULTADOS

No transcurso da pesquisa bibliográfica e documental observa-se que há uma preocupação com a busca de estratégias na forma de projetos e programas, que possibilitem a oferta de um currículo integralizado e diversificado envolvendo a comunidade escolar. Tudo em função da garantia de um ensino-aprendizagem de qualidade, o que exige a aplicabilidade de metodologias adequadas à Educação Integral em Tempo Integral ligadas à jornada escolar ampliada.

Nas propostas apontadas no presente texto nota-se que, no âmbito do Estado de

São Paulo, a Secretaria da Educação há longa data tem se voltado para uma política educacional de caráter integral, quando propôs a implementação de: Ginásios Vocacionais; Projeto Jornada Única do Ciclo Básico; Programa Escola-Padrão; Projeto Escola de Tempo Integral e Programa Ensino Integral, a maioria com a permanência do professor 40 horas/semanais na escola.

No caso do Programa Escola-Padrão, submetido ao Regime de Dedicção Plena e Exclusiva, estabelecia-se o direito à gratificação correspondente a 30% para o período diurno e 20% para o noturno do valor da referência inicial da classe a que pertencesse, observada a jornada a que estivesse sujeito. No Programa Ensino Integral, sob o Regime de Dedicção Plena e Integral, a Gratificação de Dedicção Plena e Integral é de 75%.

Em relação às Escolas de Tempo Integral, antes da viabilidade de converterem-se ao Programa Ensino Integral, não havia alusão à jornada de trabalho em período integral, pois os docentes lotados nas unidades escolares permaneciam vinculados à jornada simples. Com essa adesão o quadro do magistério em exercício nas ETIs passam a fazer jus à GDPI de 75%.

De acordo com dados apurados “[...] mais de 48 mil estudantes são atendidos pelas 226 Escolas de Tempo Integral (ETI), que oferecem, no contraturno das aulas regulares, atividades esportivas e culturais”². Porém, esse quadro poderá mudar com a conversão das ETIs em PEI.

Com efeito, tanto o RDPE apresentado no Projeto Escola-Padrão quanto o RDPI no Programa Ensino Integral, evitam problemas como os citados na pesquisa de Oliveira e Vieira (2012, p. 175, 170), em relação a itinerância a que se sujeitam os docentes para completar a sua jornada de trabalho e a frequência com que levam atividades do trabalho “[...] para serem realizadas em casa [...]”. Na realidade essas duas situações causam um certo desconforto aos docentes, evidenciando aquilo que Penna (2011, p. 65) considera de “precárias condições de trabalho”.

O quadro de pessoal do magistério do Programa Ensino Integral é próprio e específico por meio de designação no Ensino Fundamental (anos finais) e no Ensino Médio, diferenciado do módulo de pessoal legalmente estabelecido para as escolas estaduais de ensino regular, conforme estabelece a Resolução SE n. 67 (SÃO PAULO, 2014b). A permanência do docente no Programa depende do resultado da avaliação do seu desempenho, inclusive acompanhada pelo mesmo quando da devolutiva da avaliação final, cuja regulamentação encontra-se na Resolução SE n. 68 (SÃO PAULO, 2014c). O Programa iniciou com adesão de 16 unidades escolares (2012). No momento conta com 1.064 escolas (2021).

² <https://www.educacao.sp.gov.br/escola-tempo-integral>. Acesso em: 26 mar. 2021.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pelo exposto, observa-se que a legislação federal impulsiona a estadual e a formulação de políticas específicas à esfera local. Além disso, evidenciam-se temáticas presentes na agenda político-educacional, a exemplo de formação continuada, valorização do capital humano, avaliação e condições de trabalho, relacionadas à jornada docente.

Conforme a análise do tema proposto, observa-se que a implementação dos projetos e programas voltados à Educação Integral no Estado de São Paulo produziram alterações na jornada de trabalho docente. Ademais, é possível perceber que uma determinada temática pode interferir sobre outra, de forma a que faça parte da agenda político-educacional, a exemplo da implementação do Regime de Dedicção Plena e Integral na jornada de trabalho docente a partir do Programa de Ensino Integral na rede estadual de São Paulo. Isso significa que há uma inter-relação entre as políticas públicas com vistas a produzir um fim único.

Para análise do processo de implementação do RDPI na jornada de trabalho docente na rede estadual de São Paulo, no contexto do PEI, foi feita pesquisa bibliográfica e documental, considerando-se: a legislação a nível federal, estadual, além de documentos emanados do Governo do Estado de São Paulo, que explicitam os conteúdos das políticas formuladas e dados institucionais sobre a sua implementação.

Com base na pesquisa bibliográfica e documental detecta-se na proposta do RDPE e do RDPI a jornada de trabalho em uma única unidade escolar, favorecendo o trabalho em equipe, uma formação contínua mais centralizada e a proposta de projetos sociais que favorecem a humanização entre os pares, enfim a valorização profissional.

Acredita-se que a ampliação do Programa Ensino Integral dar-se-á ao longo do tempo. Consequentemente, uma gama significativa de docentes ainda ficará à margem do RDPI e do GDPI. Com isso esse corpo docente deixa de beneficiar-se de: formação continuada no espaço escolar; trabalho coletivo entre os pares; uso da autonomia para o desenvolvimento de projetos educativos; uma melhor interação com os discentes e aproximação com a família. Além disso, passam a sujeitar-se à problemática da itinerância para completar sua jornada de trabalho, entre outras carências que refletem sobre o trabalho docente, prejudicando a oferta de uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2016]. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 02 jan. 2021.

BRASIL. Debates e propostas. Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova. **R. bras. Est. Pedagog.**, Brasília, 65 (150): 407-425, maio/ago. 1984. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/70Anos/Manifesto_dos_Pioneiros_Educacao_Nova.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 02 jan. 2021.

BRASIL. **Lei n. 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 02 jan. 2021.

BRASIL. **Lei Federal n. 10.172**, de 9 de jan. de 2001. Plano Nacional de Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em; 03 5 jan. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB n. 2**, de 28 de maio de 2009. Diretrizes Nacionais para os Planos de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009\[...\]](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/resolucao_cne_ceb002_2009[...].). Acesso em: 03 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.005**, de 25 de junho de 2014, aprova o Plano Nacional de Educação – PNE – e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 05 mar. 2021.

BRASIL. **Lei n. 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017a. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, [...] e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato215-2018/2017/lei/l13415.htm>>. Acesso em: 28 abr. 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP n. 2**, de 22 de dezembro de 2017b. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/04>. Acesso em: 21 fev. 2021.

BRASIL, **Resolução CNE/CP n. 4**, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM), como etapa final da Educação Básica, nos termos do artigo 35 da LDB, completando o conjunto constituído pela BNCC da Educação Infantil e do Ensino Fundamental, com base na Resolução CNE/CP nº 2/2017, [...] Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=103631-rces004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf [...]. Acesso em: 21 fev. 2021.

CAVALIERE, Ana Maria. Escolas de tempo integral *versus* alunos em grupo integral. **Em Aberto**, Brasília, v. 22. N. 80, p. 51-63, abr. 2009. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2418/2157>. Acesso em: 29 mar. 2021.

CONTRERAS, José. **Os valores da profissionalização e a profissionalidade docente**. In: Autonomia de professores. São Paulo: Cortez, p. 71-88, 2002.

DURAN, M. C. G.; ALVES, M. L.; PALMA FILHO, J. C. Vinte Anos da Política do Ciclo Básico na Rede Estadual Paulista. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n. 124, p. 83-112, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/250027561_Vinte_anos_da_politica_do_ciclo_basico_na_rede_estadual_paulista>. Acesso em: 05 fev. 2021.

FREITAS, H. C. L. **O trabalho como princípio articulado na prática de ensino e nos estágios**. 9. ed. Campinas, SP: Papirus Editora, 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2008.

GRUND, Zelina Cardoso. **Jornada de trabalho docente: regime de dedicação plena e integral (RDPI) na rede estadual de ensino de São Paulo**. 180 f. Dissertação. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP. Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus de Presidente Prudente. SP. 2019. Disponível em: <http://handle.net/11449/190842>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MASCELLANI, Maria Nilce. **Uma pedagogia para o trabalhador: o ensino vocacional como base para uma proposta pedagógica de capacitação profissional de trabalhadores desempregados**. Rio de Janeiro: Editora Núcleo Piratininga de Comunicação, 2010.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral. Compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, J. **Caminhos da Educação Integral no Brasil**. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 129-146.

NÓVOA, Antônio. **Esboço de um modelo de análise da profissão docente**. In: Profissão Professor. Porto - Portugal: Porto Editora, p. 22-34, 2014.

OLIVEIRA D. A.; VIEIRA, L. F. **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço Editora, 2012.

PARENTE, C. M. D. A Construção da Meta de Educação em Tempo Integral do Plano Nacional de Educação (2014). **Educação em Revista**, Marília, v.18, p. 23-42, 2017. Edição Especial. Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/revista/index.php/educacaoemrevista/article/download/>. Acesso em: 03 jan. 2021.

PENNA, M. G. O. **Exercício docente: posições sociais e condições de vida e trabalho de professores**. São Paulo: Junqueira & Marin: FAPESP, 2011.

SÃO PAULO. **Lei n. 6.052**, de 3 de fevereiro de 1961a. Dispõe sobre o sistema estadual de Ensino Industrial e de Ensino de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas, e dá outras providências. Disponível em: <<https://governosp.jusbrasil.com.br/legislacao/224514/lei-6052-61>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SÃO PAULO. **Decreto n. 38.643**, de 27 de junho de 1961b. Regulamenta a Lei n. 6.052, de 3 de fevereiro de 1961, que dispõe sobre o Ensino Industrial, Ensino de Economia Doméstica e de Artes Aplicadas e Cursos Vocacionais. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1961/decreto-38643-27.06.1961.html>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SÃO PAULO. **Decreto n. 21.833**, de 28 de dezembro de 1983. Institui o Ciclo Básico no ensino de 1.º grau das escolas estaduais. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1983/decreto-21833-28.12.1983.html>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SÃO PAULO. **Decreto n. 28.170**, de 21 de janeiro de 1988. Estabelece a Jornada Única Discente e Docente no Ciclo Básico das escolas estaduais. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1988/decreto-28170-21.01.1988.html>>. Acesso em: 28 jan. 2021.

SÃO PAULO. **Decreto n. 34.035**, de 22 de outubro de 1991a. Dispõe sobre a instituição do Projeto Educacional “Escola Padrão”. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1991/decreto-34035-22.10.1991.htm>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SÃO PAULO. **Decreto n. 34.036**, de 22 de outubro de 1991b. Dispõe sobre Jornada de Trabalho Docente do pessoal do Quadro do Magistério, em “Escola Padrão”. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1991/decreto-34036-22.10.1991.html>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SÃO PAULO. **Lei Complementar n. 671**, de 20 de dezembro de 1991c. Institui o Regime de Dedicção Plena e Exclusiva a integrantes do Quadro do Magistério. Disponível em: <https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/181057/lei-complementar-671-91>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SÃO PAULO. **Lei complementar n. 672**, de 20 de dezembro de 1991d. Institui gratificação por trabalho no curso noturno em Escola-Padrão, na forma que especifica. Disponível em: <https://governo-sp.jusbrasil.com.br/legislacao/181056/lei-complementar-672-91>. Acesso em: 03 mar. 2021.

SÃO PAULO. **Decreto n. 36.445**, de 11 de janeiro de 1993. Altera o artigo 2.º do Decreto n.º 34.036, de 22 de outubro de 1991 (carga horária semanal do Professor I). Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1993/decreto-36445-11.01.1993.html>. Acesso em: 2 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Resolução SE n. 89**, de 09 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o Projeto Escola de Tempo Integral. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/89_05.HTM?Time=10/14/2009%203:39:14%20PM. Acesso em: 2 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Resolução SE n. 3**, de 28 de janeiro de 2011a. Dispõe sobre o processo de atribuição de classes, turmas e aulas de Projetos da Pasta aos docentes do Quadro do Magistério. Disponível em: [http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/03_11.\[...\]](http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/03_11.[...]). Acesso em: 03 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Decreto n. 57.571**, de 2 de dezembro de 2011b. Institui, junto à Secretaria da Educação, o Programa Educação - Compromisso de São Paulo e dá providências correlatas. Disponível em: [https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011-57571-\[...\]](https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2011-57571-[...]). Acesso em: 06 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Lei Complementar n. 1.164**, de 04 de janeiro de 2012a. Institui o Regime de dedicação plena e integral - RDPI e a Gratificação de dedicação plena e integral - GDPI aos integrantes do quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de ensino médio de período integral [...]. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/2012/decreto58140.15.06.2012>. Acesso em: 04 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Resolução SE 12**, de 31 de janeiro de 2012b. Institui o Projeto Escola Estadual de Ensino Médio de Período Integral e estabelece diretrizes para a organização e funcionamento das Escolas Estaduais de Ensino Médio de Período Integral de que trata a Lei Complementar 1.164, de 4 de janeiro de 2012, e dá providências correlatas. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/12_12.HTM. Acesso em: 21 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Lei Complementar n. 1.191**, de 28 de dezembro de 2012c. Dispõe sobre o Programa Ensino Integral em escolas públicas estaduais e altera a Lei Complementar nº 1.164, de 2012, que instituiu o Regime de dedicação plena e integral - RDPI e a Gratificação de dedicação plena e integral - GDPI aos integrantes do Quadro do Magistério em exercício nas escolas estaduais de ensino médio de período integral e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei.complementar/2012/lei.complementar-1191-28.12.2012.html>. Acesso em: 04 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Melhor Gestão – Melhor Ensino**, p. 5, 2013a. Governo do Estado de São Paulo Secretaria de Estado da Educação Coordenadoria de Gestão e Educação Básica Diretoria de Ensino - Região de São Bernardo do Campo. São Paulo.

SÃO PAULO. **Resolução SE 65**, de 16 de setembro de 2013b. Dispõe sobre o processo de credenciamento de profissionais para atuação nas escolas estaduais do Programa Ensino Integral, e dá providências correlatas. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/a2sitebox/arquivos/documentos/730.pdf>. Acesso em: 27 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Modelo de Gestão do Programa Ensino Integral**. Caderno do Gestor. Material de Apoio ao Programa Ensino Integral do Estado de São Paulo. São Paulo, 1. Ed. 2014a, p. 5-6-8.

SÃO PAULO. **Resolução SE n. 67**, de 16 de dezembro de 2014b. Dispõe sobre a gestão de pessoas, integrantes do Quadro do Magistério, nas unidades escolares do Programa Ensino Integral que especifica, e dá providências correlatas. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/67_14. Acesso em: 03 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Resolução SE n. 68**, de 17 de dezembro de 2014c. Dispõe sobre o processo de avaliação dos profissionais que integram as equipes escolares das escolas estaduais do Programa Ensino Integral. Disponível: iau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/68_14. [...]. Acesso em: 03 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Resolução SE n. 60**, de 6 de dezembro de 2017. Dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental, nas Escolas de Tempo Integral – ETI, e dá providências correlatas. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/60_17.HTM? Acesso em: 02 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Resolução SE n. 69**, de 12 de dezembro de 2019a. Altera a Resolução SE 60, de 06-12-2017, que dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental nas Escolas de Tempo Integral – ETI, e dá providências correlatas. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/69_19.HTM?. Acesso em: 02 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Resolução SEDUC/SP n. 44**, de 10 de setembro de 2019b. Dispõe sobre a expansão do Programa Ensino Integral - PEI no âmbito da rede estadual de ensino de São Paulo e dá outras providências. Disponível em: http://siau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/44_19.HTM?. Acesso em: 28 fev. 2021.

SÃO PAULO. **Resolução SE n. 7**, de 17 de janeiro de 2020. Altera a Resolução SE 60, de 06-12-2017, que dispõe sobre a organização curricular do ensino fundamental nas Escolas de Tempo Integral – ETI, e dá providências correlatas. Disponível em: iau.edunet.sp.gov.br/ItemLise/arquivos/7 [...]. Acesso em: 28 mar. 2021.

SARMENTO, Albertina Paes; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medina Martins. Escola-Padrão: curta vida, longa saudade. **Revista Eletrônica Saberes da Educação**. Vol. 2, n.1.2011.Disponível em: <http://docs.uninove.br/arte/fac/publicacoes/pdf/v2-n1-2011/Albertina.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2021.

SOUZA, R. F. Tempos de infância, tempos de escola: a ordenação do tempo escolar no ensino público paulista (1892-1933). **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 127-143, jul./dez. 1999.

WOORWALD Herman; PALMA Fº, João Cardoso. C. **Políticas públicas e educação**: diálogo & compromisso. São Paulo, SP. CTP, impressão e acabamento: imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2013.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Acadêmicos com deficiência 13, 262, 263, 265, 266, 267, 268

Adaptação Curricular 155, 163

Alfabetização científica 10, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13

Alfabetização de Jovens e Adultos 12, 120, 121, 122, 123

Alfabetização ecológica 10, 14, 15, 16, 25, 27, 28, 29

Alunos 2, 7, 8, 10, 19, 21, 24, 32, 33, 37, 39, 40, 41, 42, 44, 48, 49, 50, 52, 54, 55, 60, 64, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 80, 81, 82, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 110, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 123, 131, 132, 133, 134, 135, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 146, 149, 150, 151, 155, 160, 163, 164, 166, 167, 168, 170, 171, 172, 173, 183, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 204, 205, 206, 221, 223, 226, 227, 228, 232, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 247, 249, 250, 251, 252, 253, 255, 259, 260, 263, 264

André Malraux 112, 113

Aprendizagem 12, 13, 1, 3, 6, 10, 11, 12, 14, 19, 20, 21, 25, 29, 34, 35, 37, 38, 39, 42, 43, 46, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 71, 74, 77, 80, 81, 82, 83, 87, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 100, 101, 106, 112, 113, 115, 118, 119, 120, 121, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 132, 133, 134, 142, 143, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 155, 158, 160, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 180, 182, 184, 194, 196, 199, 204, 205, 206, 211, 224, 225, 226, 228, 229, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 261, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269

Aprendizagem Baseada em Projetos 12, 164, 165, 166, 168, 173, 174

Arte 12, 13, 66, 105, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 154, 174, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 190, 208, 209, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 235

Arte-Educação 112, 113

Arte teatral 12, 176, 177, 178, 179, 181, 183, 184

Avaliação 10, 7, 11, 20, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 51, 52, 53, 54, 55, 60, 64, 67, 72, 74, 89, 90, 117, 125, 145, 147, 149, 150, 151, 152, 154, 158, 160, 162, 166, 171, 172, 174, 220, 229, 230, 231, 235, 249, 252, 253, 261, 266

C

Cidadania 10, 11, 17, 20, 24, 30, 66, 106, 121, 122, 126, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 193, 194, 195, 196, 197, 221, 227

Contexto 10, 11, 13, 2, 5, 10, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 26, 27, 28, 29, 33, 34, 42, 45, 50, 56, 57, 58, 59, 60, 64, 72, 77, 81, 83, 85, 86, 87, 88, 90, 91, 92, 109, 112, 113, 123, 128,

133, 142, 156, 158, 161, 162, 174, 179, 180, 181, 182, 183, 187, 191, 193, 202, 203, 204, 205, 207, 209, 214, 220, 222, 224, 231, 236, 238, 239, 240, 242, 243, 244, 245, 265, 267

Contexto Histórico 16, 26, 85, 123

D

Democracia 9, 10, 112, 186, 187, 188, 189, 191, 193, 195, 196, 197

Desafios 10, 12, 3, 13, 14, 15, 16, 18, 19, 27, 36, 39, 41, 55, 75, 80, 85, 89, 90, 93, 104, 108, 109, 127, 143, 153, 161, 164, 165, 167, 186, 187, 189, 192, 194, 195, 197

Desenvolvimento Humano 12, 58, 61, 62, 63, 176, 177, 178, 180, 181, 183, 184, 215, 222, 226

Diálogo 12, 12, 22, 26, 27, 29, 41, 106, 117, 120, 125, 129, 151, 152, 159, 161, 162, 179, 180, 192, 195, 203, 217, 221, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 244, 250, 252, 253, 255, 259

Diversidade 22, 24, 28, 31, 35, 39, 46, 87, 90, 106, 186, 187, 188, 189, 195, 196, 197, 222, 264

Drama-Processo 176, 183, 184, 185

E

Educação 2, 9, 10, 11, 12, 13, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 74, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 85, 86, 88, 89, 91, 92, 93, 99, 102, 103, 104, 106, 110, 111, 112, 113, 118, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 132, 134, 137, 143, 144, 145, 146, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 173, 174, 176, 177, 179, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 205, 206, 207, 208, 218, 220, 221, 222, 223, 225, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 259, 260, 261, 263, 264, 265, 267, 268, 269, 270

Educação a Distância 12, 145, 146, 150, 151, 153, 154

Educação Ambiental 10, 14, 16, 18, 19, 20, 22, 25, 26, 30

Educação de surdos 199, 200, 201, 202, 205, 206

Educação Especial 10, 12, 31, 32, 36, 40, 42, 43, 49, 53, 54, 55, 86, 89, 91, 92, 155, 156, 157, 158, 159, 160, 161, 162, 163, 186, 187, 197, 200, 206, 238, 239, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 250, 251, 252, 259, 260, 263, 269

Educação Inclusiva 11, 12, 13, 43, 53, 55, 85, 89, 92, 93, 155, 156, 157, 159, 160, 163, 186, 187, 188, 189, 192, 194, 197, 198, 200, 201, 206, 207, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246, 247, 263, 264, 265, 267, 268

Educação Integral 13, 220, 221, 222, 229, 231, 233

Educação Matemática 131, 132, 134, 143, 144, 247, 249, 261, 270

Educação Permanente 145, 146

Educandos em Tratamento de Hemodiálise 77, 81

Eletricidade 94, 95, 96, 102

Ensino 11, 12, 13, 1, 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 42, 44, 49, 53, 54, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 63, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 79, 80, 81, 82, 85, 89, 90, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 101, 102, 103, 105, 106, 110, 111, 112, 113, 118, 119, 120, 122, 123, 125, 128, 131, 132, 135, 137, 142, 143, 144, 145, 147, 149, 150, 151, 154, 155, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 182, 183, 185, 186, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 201, 202, 204, 205, 206, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 240, 241, 244, 246, 247, 248, 249, 250, 251, 252, 256, 259, 262, 263, 264, 265, 266, 268, 269, 270

Ensino da Estatística 67

Ensino Fundamental 10, 32, 59, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 80, 99, 113, 122, 137, 143, 191, 199, 200, 202, 222, 223, 225, 226, 228, 230, 232, 235, 247

Ensino Médio 11, 32, 59, 67, 69, 71, 72, 73, 74, 76, 95, 137, 144, 223, 228, 230, 232, 234

Ensino Superior 12, 2, 3, 14, 16, 18, 22, 28, 29, 103, 106, 110, 164, 165, 167, 168, 169, 173, 174, 175, 262, 263, 264, 265, 268, 269, 270

Escola Hospitalar 11, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83

Escola Regular 11, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 161

Esperançar 11, 103, 104, 106

Estatística Descritiva 11, 67, 71, 72, 73, 74, 75

Estudo Comparado 236

Evasão 12, 59, 77, 80, 82, 83, 145, 147, 150, 151, 152, 153, 154, 173

Experimentação 6, 94, 95, 100, 101, 102

F

Formação 10, 13, 1, 5, 6, 8, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 21, 24, 29, 31, 32, 36, 39, 44, 45, 54, 55, 57, 61, 62, 64, 65, 66, 67, 69, 71, 74, 75, 81, 88, 90, 102, 103, 105, 106, 115, 124, 134, 137, 143, 145, 146, 147, 148, 151, 152, 153, 158, 159, 161, 162, 164, 166, 167, 168, 169, 172, 173, 177, 179, 180, 184, 185, 192, 199, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 217, 218, 220, 221, 222, 224, 225, 228, 229, 231, 238, 240, 248, 249, 250, 251, 259, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 270

Formação de Professores 1, 13, 31, 36, 44, 64, 143, 158, 201, 206, 238, 249, 263, 270

Formação docente 65, 67, 75, 200, 201, 203, 205

Formação Humana 13, 65, 106, 177, 208, 211, 217, 218

Formação Pessoal 103, 105

Funções Quadráticas 12, 131, 134, 137, 139, 140, 141, 142

G

Gestão Democrática 12, 186, 188, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 197

H

Hiperatividade 10, 44, 45, 46, 47, 51, 52, 53, 55

I

Inclusão 13, 2, 11, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 42, 43, 44, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 122, 142, 161, 162, 186, 187, 189, 193, 194, 195, 196, 197, 198, 199, 200, 204, 207, 224, 236, 238, 239, 242, 243, 244, 245, 246, 252, 259, 262, 263, 264, 265, 266, 267, 268, 269

Integração Escolar 77, 82, 83, 238

J

Jornada de trabalho docente 13, 220, 222, 233

M

Metodologia Ativa 164, 165, 166, 167, 170, 171, 172, 173

Modelagem Matemática 12, 131, 132, 133, 134, 139, 141, 142, 143, 144

Mudança 1, 2, 3, 28, 34, 39, 57, 63, 85, 88, 107, 117, 142, 152, 169, 171, 241, 250, 260, 264

Museu Imaginário 11, 112, 113, 114, 115, 116, 118, 119

O

Oficina de física 94

P

Pandemia 9, 10, 1, 2, 90, 103, 104, 105, 106, 110, 155, 162, 163

Perspectiva Omnilética 31, 32, 33, 34, 35, 36, 40

Pesquisa em Educação Especial 12, 155

Práticas Pedagógicas 57, 60, 61, 63, 155, 157, 158, 159, 161, 162, 187, 193, 194, 195, 196, 204, 238, 243, 245, 247, 251

Profissionais da educação 11, 40, 157, 191, 195, 223, 225, 236, 239, 240, 241, 242, 245, 263

Programas 54, 87, 134, 135, 220, 229, 231, 262, 264, 270

Projetos 12, 121, 134, 137, 164, 165, 166, 168, 170, 173, 174, 191, 192, 220, 225, 227, 228, 229, 231, 234, 267, 268

Psicologia Escolar 85, 92

Psicologia Histórico-Cultural 56, 61, 176, 177, 178

R

Reflexões 10, 13, 3, 5, 36, 44, 71, 78, 102, 103, 105, 154, 157, 162, 177, 182, 188, 189, 197, 199, 236, 250

Ressignificação 1, 3, 29

S

SAMA 13, 262, 263, 265, 266, 267, 268

São Paulo 13, 4, 29, 30, 43, 55, 66, 83, 92, 102, 110, 111, 112, 119, 130, 137, 144, 154, 163, 173, 174, 176, 185, 197, 198, 207, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 246, 261, 270

Subjetividade 20, 199, 200, 204, 205, 206, 212, 213

T

Tecnologia 10, 12, 1, 2, 5, 8, 9, 10, 11, 13, 18, 36, 56, 58, 68, 69, 111, 112, 118, 139, 142, 148, 149, 151, 155, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 233

Tecnologia em Análise e Desenvolvimento 164, 165

Tecnologias Digitais 6, 11, 12, 131, 133, 134, 143, 151

Temas geradores 120, 124, 126, 129

Teoria do Agir Comunicativo 236, 239, 245

Trabalho 12, 13, 5, 7, 11, 12, 20, 21, 24, 31, 32, 34, 35, 36, 38, 40, 41, 45, 48, 54, 55, 56, 61, 64, 67, 73, 74, 75, 76, 80, 82, 86, 89, 90, 91, 94, 95, 101, 104, 106, 110, 113, 114, 118, 121, 123, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 133, 134, 135, 136, 137, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 146, 148, 152, 153, 155, 156, 157, 158, 161, 163, 166, 167, 168, 179, 180, 181, 184, 185, 187, 189, 190, 193, 195, 200, 202, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 241, 243, 244, 246, 247, 249, 250, 251, 255, 259, 260, 262, 267, 268

Transtorno do deficit de atenção 10, 44

Transtorno do Espectro Autista 13, 247, 248, 261

 www.atenaeditora.com.br

 contato@atenaeditora.com.br

 @atenaeditora

 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

3

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 @atenaeditora
 facebook.com/atenaeditora.com.br

A EDUCAÇÃO EM VERSO E REVERSO:

DOS APORTES NORMATIVOS
AOS ASPECTOS OPERACIONAIS

3